

adunicamp

01/83

CAMPINAS - JANEIRO de 1983.

Campanha salarial

docentes

Montoro

Marin

Universidade

Salários : recomposição

VOCÊ ENCONTRARÁ NESTE BOLETIM:

- pg. 2 - "Os docentes universitários e o funcionalismo esperam não ter nova frustração".
- pg. 3 - "A palavra do movimento docente: Carta a Montoro"
- pg. 5 - "Memorial ao governo do Estado de São Paulo"
- pg. 6 - "Institucionalização".

associação de docentes da universidade estadual de campinas

caixa postal 6.158 - cidade universitária - telefone (0192) 39-1148 - 13.100 - campinas - s. p.

Nova frustração

Você vai encontrar neste BOLETIM diversas informações sobre as iniciativas da ADUNICAMP e das demais Associações de Docentes das Universidades Estaduais acerca das nossas reivindicações salariais.

Infelizmente, não constitui nenhuma novidade o fato de que o Governador Marin, seguindo de muito perto e bem fielmente a prática de seu antecessor, tenha dispensado o mais solene descaso não somente às nossas justas reivindicações de recomposição salarial (ver Documento das três ADs, de outubro do ano passado), como também às próprias direções das nossas Universidades, preferindo continuar afundando recursos públicos na PAULIPETRO ao invés de valorizar o trabalho do funcionário público, aumentar as dotações para Saúde, Educação, Habitação.

Chegamos hoje às vésperas de um novo governo, eleito pela vontade massiva da população paulista. A ADUNICAMP não abandonou as tentativas de contato com o atual governo. Nem vai fazê-lo. Entretanto, já é do conhecimento público a proposição de reajuste salarial encaminhada por Marin à Assembleia Legislativa: 15% a partir de 1º de fevereiro e 40% a partir de março. Na verdade, esta proposta governamental penaliza o funcionalismo público com um índice miserável (que será provavelmente aplicado aos professores universitários mediante decreto), válido para fevereiro, deixando ao Governo Montoro a responsabilidade pela confirmação ou modificação dos 40% complementares.

Por estas razões, as Associações de Docentes da UNICAMP, USP e UNESP enviaram uma carta ao Governador eleito Franco Montoro, onde afirmam claramente a disposição de conduzir nossa categoria profissional na luta por salários dignos. O funcionalismo não pode ser novamente penalizado. Que se mudem as prioridades orçamentárias no Governo Franco Montoro, fazendo valer como política de governo as proposições que orientaram as duras críticas, por exemplo, do economista José Serra (futuro Secretário do Planejamento) à política salarial dos governos Maluf e Marin com respeito ao funcionalismo.

A ADUNICAMP tem manifestado a clara intensão de iniciar imediatos contatos com a equipe de Montoro. Até aqui nada conseguimos. Se tal atitude dos novos governantes é um sinal de cautela ou a manifestação de uma política que pretende manter os reajustes salariais em seus atuais (e inaceitáveis) índices, não temos ainda elementos para um julgamento equilibrado. Entretanto, nossas reivindicações já foram encaminhadas ao Governador Montoro e são as seguintes:

- 1 - reajuste salarial igual à inflação (no mínimo);
- 2 - um adicional (a ser definido) a título de reposição das perdas verificadas nos últimos reajustes salariais;
- 3 - reajuste semestral;
- 4 - alteração da data-base do reajuste, de março para janeiro.

Esta é uma pauta mínima de reivindicações. Restam várias outras questões e caberá aos docentes decidir sobre elas. A ADUNICAMP realizará diversas reuniões a partir do início de fevereiro, procurando englobar os docentes por área (as Engenharias, por exemplo, ou a área bio-médica). Tais reuniões serão dedicadas ao estudo da situação rapidamente descrita, assim como das condições de negociação com o Governo Montoro.

É fundamental que estejamos organizados e mobilizados para defender nossas condições de trabalho, nossos salários. Enfim, para que não recaia sobre nós uma situação insustentável e inaceitável. Isso somente será possível na medida em que, levando na devida consideração a nova situação política decorrente de um governo opositor em nosso Estado, os docentes universitários se dispuserem a adotar todas as formas de lutas que se fizerem necessárias.

A Palavra do Movimento Docente

carta a Montoro

1. Nos últimos meses, a ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (ADUSP), a ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO - UNESP (ADUNESP) e a ASSOCIAÇÃO DE DOCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP (ADUNICAMP) têm insistido junto ao Governo José Maria Marin para a necessidade de uma audiência em que seriam apresentadas as reivindicações salariais dos docentes das Universidades Estaduais paulistas.

As portas palacianas fechadas ao diálogo não constituíram propriamente uma surpresa, pois é notório o descaso com que o governo tem tratado as nossas Universidades e os problemas do funcionalismo público.

Tal atitude não encontrou senão um fundamento, ou seja, o arbítrio que impera até hoje, herdado do Governo Maluf.

2. O Estado de São Paulo iniciará em breve uma nova fase política se sua história, uma vez que assume o poder um governo legitimado pelo voto popular e comprometido com propostas livremente assumidas e consubstanciadas no seu conhecido programa eleitoral. De fato, o Governador eleito Franco Montoro, comprometeu-se, entre outras coisas, a alterar as prioridades administrativas, dando ao seu governo um cunho eminentemente voltado para os problemas de interesse social, como Educação, Saúde, Saneamento, Habitação.

3. As Associações de Docentes esperam que se inaugure uma nova forma de relacionamento com o Governo do Estado, no sentido de, a exemplo de outras entidades representativas da sociedade civil, poderem ser ouvidas pelo Governador para o estudo e equacionamento de seus problemas. Enfim, que se configure uma situação de diálogo permanente entre o poder público e as associações de classe.

É necessário, neste momento, tornar público mais uma vez que os docentes universitários e o funcionalismo não aceitarão ser penalizados em seus salários. Deve ficar definitivamente encerrada a prática de jogar nos ombros do funcionalismo o ônus dos desmandos administrativos.

3. No tocante aos docentes das três Universidades Estaduais paulistas, as perdas salariais têm-se acumulado nos últimos anos. A título de exemplo, o salário de um professor titular, em regime de tempo integral, que tinha um índice 100 em janeiro de 1976, caiu para o índice 51 em setembro de 1982, conforme Memorial das Associações de Docentes, enviado ao Governador Marin em outubro do ano passado.

A ADUSP, a ADUNESP e a ADUNICAMP reivindicam, neste momento:

1. um reajuste que, no mínimo, cubra a inflação deste último ano;
2. um adicional, a ser definido, a título de reposição das perdas verificadas nos últimos reajustes salariais;
3. reajuste semestral;
4. alteração da data-base do reajuste, de março para janeiro (como era até 1976), ou seja, o reajuste salarial a ser concedido deve vigorar a partir de 1º de janeiro de 1983.

(continua)

4. As Associações de Docentes solicitam do Governador eleito, dentro do menor prazo possível, um encontro com S.Excia. para que tenham a oportunidade de apresentar um relato pormenorizado da situação das Universidades Estaduais Paulistas. Manifestam também a esperança de que as negociações com o novo governo não apenas sejam possíveis, mas que se caracterizem por um clima de diálogo aberto, fundado em dados reais, com a publicidade da situação financeira e orçamentária do Estado de São Paulo.

5. Os signatários deste documento esperam que, no episódio de negociação salarial, o Governador Franco Montoro venha a atuar de tal modo a constituir um exemplo de solução democrática para os demais Estados que serão governados pela oposição.

São Paulo, 21 de janeiro de 1983.

JOSÉ JEREMIAS DE OLIVEIRA Fº
Presidente da ADUSP

TELMO CORREIA ARRAIS
Presidente da ADUNESP

ELIÉZER RIZZO DE OLIVEIRA
Presidente da ADUNICAMP

Em fevereiro e março,
haverá reuniões da
ADUNICAMP sobre a cam-
panha salarial.

Você pode tomar a iniciativa de marcá-las em sua Unidade. Para que haja uma correta coordenação destas atividades, comunique-se com a Diretoria da ADUNICAMP pelos telefones 39.11.48 e 39.1301, ramal 494.

Memorial ao Governo do Estado de São Paulo

Sr. Governador José Maria Marin

Os professores das Universidades Estaduais de São Paulo (USP, UNICAMP, UNESP), através de suas associações representativas vêm encaminhar a V. Excia considerações e reivindicações com relação a sua situação salarial.

Estamos certos que o governo do Estado de São Paulo está preocupado com a situação de suas Universidades, e contamos com a sua sensibilidade frente aos problemas que a deterioração salarial provocaria, inevitavelmente, neste patrimônio cultural e científico do povo paulista.

As Universidades de São Paulo são e devem continuar sendo as responsáveis pelos mais elevados padrões de ensino e pesquisa do país.

1. Princípios Gerais

Os professores das Universidades Estaduais de São Paulo, através de suas associações (ADUSP, ADUNICAMP, ADUNESP), vêm ressaltar à opinião pública e ao Governo do Estado os pontos essenciais para encaminhamento de uma revisão salarial:

1º) É do mais alto interesse social a manutenção da alta qualidade de ensino e pesquisa atingidos pelas nossas Universidades (USP, UNICAMP, UNESP), em posição de liderança no sistema educacional brasileiro.

2º) A deterioração salarial que atinge o funcionalismo público do Estado há vários anos vem impedindo uma remuneração condigna para os professores e funcionários das Universidades Estaduais, e consequentemente, ameaçando o bom desempenho da Universidade no ensino, na pesquisa e na prestação de serviços à comunidade.

3º) A manutenção desta qualidade não se dá apenas através de salários dignos para professores e funcionários, mas também pela existência de condições propícias às suas atividades, tais como orçamentos adequados, estrutura interna aberta a participação, interação permanente com a sociedade.

4º) É urgente uma recomposição salarial do melhor nível atingido nos últimos anos, condição para que a Universidade possa recrutar e formar pessoal qualificado à altura de suas funções.

5º) Temos preocupação especial com a recomposição de quadros Universitários, após a saída de muitos de nossos melhores valores, devido à precária situação salarial dos últimos anos. Para tanto, exigimos a atenção especial aos níveis iniciais da carreira para permitir a atração dos formandos melhor capacitados.

6º) A implantação progressiva do Regime de Tempo Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) profissionalizou a Universidade. É preciso dar continuidade a tal medida.

7º) É proposta dos docentes a luta por um percentual mínimo fixo do orçamento do Estado para as Universidades, o que lhes garantiria maior autonomia e flexibilidade, permitindo o financiamento integral de ensino e pesquisa de boa qualidade.

2. Reivindicações Específicas

1. No início do ano de 1982, foi solicitado reajuste salarial levando em conta compensação pela inflação

do período anual anterior (01/03/81 a 01/03/82), bem como recomposição do melhor nível salarial atingido nos últimos anos. Este último item baseou-se em evolução dos salários a partir de 01/01/73, exposta na tabela 1.

2. Nesta proposta, estão incluídas reivindicações adicionais, quais sejam: valorização do início da carreira; correções de distorções salariais do tempo parcial; valorização do RDIDP; reajustes semestrais; além de melhor dotação de verbas para as atividades gerais da Universidade, permitindo inclusive seu reaparelhamento.

3. Com base nestes princípios, foi elaborada tabela de vencimentos a ser implantada em 01/03/82, exposta abaixo. O reajuste concedido efetivamente correspondeu à elevação de vencimentos de 40% a partir de 01/07/82, elevação esta completada para os 96% somente a partir de 01/07/82. Desta maneira, os salários dos professores foram corrigidos para a inflação oficial do período de 01/03/81 a 01/03/82, mas com um atraso de 4 meses, o que sem dúvida contribuiu para depletar ainda mais as já reduzidas reservas econômicas da classe. Na tabela 2, são dados, além dos valores salariais reinvidicados para 01/03/82, as porcentagens em que estes valores são superiores aos vigentes atualmente, a partir de 01/07/82. Estas diferenças mostram que os salários atuais são inferiores em média em 30% aos solicitados no início do ano.

4. Desde março de 1982, a inflação correu mais ainda estes salários. Para o semestre 01/03/82 a 01/09/82, a correção salarial pelo INPC seria de 43,9%. Tem sido uma antiga reivindicação do funcionalismo a extensão do aumento semestral a esta categoria, já que não se compreende como, frente a uma inflação da magnitude da nossa, se pode exibir uma parca importância da força de trabalho do país de um ajuste salarial sem o qual a própria sobrevivência da classe se torna problemática. Incluindo esta correção nos valores da tabela 2, chegamos às quantias presentemente reivindicadas pelas associações de docentes, mostradas na tabela 3, juntamente com as porcentagens em que os atuais salários deveriam ser elevados para atingir estes valores. Em média, estes valores correspondem a uma elevação em 87% dos atuais salários.

5. Os argumentos expostos neste memorial demonstram que, para atualizar os salários dos docentes da Universidade de Estado de São Paulo, seria necessário um aumento da ordem de 80% dos atuais vencimentos, o que mostra a acentuada defasagem entre o poder aquisitivo atual e aquele de cerca de 6 anos atrás. Esta defasagem se constituiu em pesado ônus aos professores universitários, e demonstra a urgente necessidade de uma compensação salarial neste momento, para permitir que estes professores possam continuar a prestar seus importantíssimos serviços ao Estado e ao país, e para que estas Universidades possam manter o elevado nível de suas atividades que as tem caracterizado no passado.

TABELA 1

Evolução salário real do professor universitário (título em RDIDP) entre 1973 e 1982

DATA	SALÁRIO NOMINAL	SALÁRIO REAL (corrigido para 01/03/81)	% DE SALÁRIO (mais elevado do período)
01/01/1973	9.396,00	228.931,00	83
01/01/1974	11.275,00	237.695,00	86
01/01/1975	17.500,00	274.050,00	99
01/01/1976	27.500,00	275.675,00	100
01/03/1977	28.437,00	219.897,00	80
01/03/1978	45.576,00	255.954,00	93
01/03/1979	59.252,00	232.931,00	84
01/03/1980	92.576,00	199.964,00	73
01/03/1981	200.640,00	200.640,00	73
01/03/1982	280.896,00	143.314,00	52
01/09/1982	393.254,00	139.529,00	51

* A correção aplicada nesta tabela em parte se baseia no índice de disponibilidade interna da FGV; a partir de 1980, nos valores do INPC.

TABELA 2

Proposta para um reajuste salarial (01/03/1982)
Referência básica (1.0): Cr\$ 45.000,00

Nível	Índice	Mérito	RTP fator 1, 2	RTC fator 2, 3	RDIDP fator 4, 8
MS1	1,00	0,05	56.700,00 45%	108.675,00 26%	226.800,00 41%
MS2	1,15	0,36	70.740,00 47%	135.585,00 24%	282.960,00 39%
MS3	1,45	0,20	89.100,00 39%	176.755,00 20%	356.400,00 25%
MS4	1,70	0,24	104.760,00 30%	200.790,00 20%	419.040,00 25%
MS5	1,80	0,25	110.700,00 30%	212.175,00 20%	440.000,00 25%
MS6	2,00	0,28	123.120,00 30%	236.960,00 20%	492.480,00 25%

TABELA 3

Reajuste salarial com correção para 01/09/1982
Referência básica (1.0): Cr\$ 64.700,00

Nível	Índice	Mérito	RTP fator 1, 2	RTC fator 2, 3	RDIDP fator 4, 8
MS1	1,00	0,05	81.522,00 100%	156.290,00 81%	326.000,00 103%
MS2	1,15	0,16	101.760,00 104%	194.941,00 78%	406.833,00 99%
MS3	1,45	0,20	128.106,00 98%	245.546,00 73%	512.424,00 80%
MS4	1,70	0,24	150.621,00 98%	288.691,00 73%	602.486,00 80%
MS5	1,80	0,25	159.162,00 98%	305.060,00 73%	636.648,00 80%
MS6	2,00	0,28	177.819,00 98%	339.286,00 73%	708.876,00 80%

Porcentagens: elevação do salário atual para atingir o valor indicado.

Institucionalização



A questão da Institucionalização da UNICAMP não está parada durante as férias. Uma comissão constituída pelos representantes docentes (titulares) no Conselho Diretor, pelo Professor Paulo Renato Souza Costa (Assessor da Reitoria e ex-Presidente da ADUNICAMP) e pelo Presidente da ADUNICAMP, Eliêzer Rizzo de Oliveira, trabalha sobre as respostas enviadas pelos Departamentos à Reitoria.

Dos trabalhos desta Comissão resultará um documento que será oportunamente enviado aos Departamentos, iniciando-se assim uma nova fase no processo de debates que levará a uma profunda reforma dos Estatutos.

CONTINUE PARTICIPANDO!!!

SÓ HAVERÁ REFORMAS DEMOCRÁTICAS COM PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA!!!

